

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e vinte três, reuniram-se de forma on-line para a 3ª Reunião Extraordinária do Pleno, os membros do Conselho Municipal de Educação: Adriano Martins Xavier, Aldren da Cruz Singer de Mello, Ana Lucia Rodrigues, Anderson Dias do Rosário, Angela Pereira Branco, Barbara Princival Cordeiro, Carmem Lúcia de O. Rocha, Carolline P. de Araújo Maia, Clície Maria C. Negoseki, Domingas de F. C. Amaral, Fabíola Perdigão Flor, Henrique Erick Wiens, José Roberto Eduardo, Juliana Canassa, Juliana Grebe Rosa Ferraz, Leila Gonçalves de Carvalho, Luiz Carlos Costa da Silva, Maria Madalena de C. Hitner, Marillette Kuhnen, Marilza Aparecida P. Teixeira, Marinês Gabriela C. Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Natália Zaccaro P. de Souza, Rodrigo Cardozo Gomes, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Rosiani Silva Francheto, Stela Regina G. Wontroba. Tendo como pauta: 1- Parecer do Secretário sobre as Escolas Particulares; 2- Correspondências recebidas.

A Presidente Ana Lucia Rodrigues inicia a reunião colocando que a reunião foi convocada conforme falado na reunião passada que chegou o ofício da ASSEPART, solicitando a revisão, o reexame do parecer sobre a questão da metragem da qual o nosso parecer nº 01/2023, após o parecer do Secretário Municipal de Educação, Aldrian Matoso dar como negativa a alteração da metragem de 2.20m² para 1.50m² tanto para os CMEIs da rede pública quanto para os CEIs da rede é privada e com isso a ASSEPART e o SINEPE, foram caminhando e a ASSEPART por fim trouxe para o conselho, encaminhou, solicitando o reexame do nosso parecer, na verdade, solicitando a anulação do Parecernº01/2023 e veio com o relatório dos advogados, colocando que não seria a competência do conselho. Nesse momento a Conselheira Natália entra na reunião e a Conselheira Marilza avisa que está tentando entrar por causa da internet. A Presidente Ana Lucia continua a colocação dizendo que: “Então o secretário Colocou o parecer negativo tanto para os CMEIs da rede pública quanto para os CEIs da rede privada, a PGM se manifestou, trouxemos isso para vocês na reunião, colocando que não seria competência do conselho municipal de educação a questão de decidir pela metragem, alteração da metragem na qual nós tínhamos colocado em nossa deliberação 2.20m² em 2013, 2015, né? E aí, solicitando então que fosse feita uma revisão para as escolas privadas, nós passamos então para o Secretário porque gostaríamos de saber o parecer dele novamente, ele então, encaminhou para nós, colocou na reunião que teve com as escolas particulares, né Rodrigo Cardoso? A Presidente Ana Lucia pede para que o mesmo coloque sobre a reunião que houve com as Escolas e CEIs privados. O Conselheiro Rodrigo diz que acha melhor que a conselheira Leila fale enquanto Diretora e ASSEPART . A Conselheira Leila cumprimenta a todos e diz: “a gente teve uma reunião na semana passada, as escolas particulares que foi feita pela Divisão de estrutura para passar algumas orientações e o secretário estava presente nessa reunião, fez uma fala com as escolas particulares e ele passou para as escolas que ele tinha recebido o documento e que ele tinha votado favorável a metragem de 1.50m² para o infantil III, que era o que a gente havia solicitado e somente para as escolas particulares, somente para os CEIs particulares, mantendo a rede pública nos 2.20m² por conta de todas aquelas condições que a gente já conhece, falta de funcionário, estrutura e toda aquela questão, ele iria entregar esse documento para o conselho no dia seguinte e que viria novamente para o conselho debater, foi basicamente isso, mas que ele, enquanto secretário estava alterando o parecer como favorável.” A Presidente Ana Lucia pede para que a Néia compartilhe em tela o documento do Secretário, ofício nº 1937 2023, que o mesmo encaminhou para o conselho. O Conselheiro Henrique entra na reunião. A Presidente Ana

Lucia pede para que o Conselheiro Luiz faça a leitura do ofício. O Conselheiro Luiz faz a leitura do Ofício o qual o Secretário se colocou favorável a solicitação e reforçou que é exclusiva para as unidades da rede particular de ensino e colocou ao critério do conselho municipal de educação de São José dos Pinhais deliberar sobre o requerimento apresentado pela ASSEPART. A Presidente Ana Lucia coloca que a Câmara de Educação Infantil fez estudos, e um levantamento de como estava a situação das unidades, CMEIs públicos. A Conselheira Marillette entra na reunião. A Presidente Ana Lucia continua a colocação: “fizemos os estudos e fizemos o encaminhamento para a PGM e para o Secretário de educação, o secretário fez o encaminhamento dando o parecer negativo, tanto para a rede privada e quanto para a pública, porque tinha as suas preocupações enquanto secretário, e o nosso encaminhamento e conversa com a PGM foi encaminhado para a PRORESPA, que é outra unidade dentro da PGM e eles fizeram então o encaminhamento, respondendo que não era competência realmente do conselho definir metragem para a sala de aula. Fizemos a pesquisa também com os municípios que têm sistema próprio de ensino, no caso, no início do ano eram 20 (vinte) municípios, hoje são 21 (vinte e um), mas dos 20 (vinte) municípios pesquisados somente São José dos Pinhais estava alterado para 2.20m², não respeitava o que a SESA estava colocando de 1.50m², então nós tínhamos uma preocupação, porque pelos próprios estudos, nós temos que a nossa rede pública não tinha condições de seguir a questão de 1.50m² por tantos problemas já apresentados na questão de 2.20m², profissionais, locais de trabalho, tudo o que nós já sabemos, os problemas que nós temos ainda, e continuam devido à falta de professores e os educadores, porque não tem um concurso para educadores e nós sabemos do acúmulo de trabalho que esses profissionais estão passando, fizemos o encaminhamento e conversamos também com a PGM, o que poderia ser melhor neste momento, tanto para a rede privada quanto a pública, e eles responderam, então que poderia liberar já para seguir a rede privada, mas que a rede pública poderia manter até que pudesse se adaptar na legislação da resolução da SESA, que é de 1,50m² a solicitação tanto do SINEPE quanto da ASSEPART era referente ao infantil III tão somente ao infantil III, não era para as demais, que os demais mantivessem da mesma forma, conforme foi colocado na época. A questão de que se coloca que nós, mesmo tendo o sistema próprio, nós podemos deliberar, não podemos, a própria PRORESPA colocou que não é competência do conselho, e o que foi colocado pelos advogados também da ASSEPART é que não era competência, a resolução de 2015, dava duas interpretações no início, colocava 2.20m², mas lá no final ela coloca que nós deveríamos seguir a SESA, estava com dupla interpretação, por isso, todo esse questionamento, eles fizeram o encaminhamento, nós repassamos, conversei com o secretário, ele também deve ter feito suas consultas e ele então colocou deliberou colocando a manifestação favorável para a rede privada, mas que mantivéssemos a rede pública da forma de 2.20m² por várias questões, aí referente a nossa rede pública, nós fizemos essa colocação já no início de que mantivesse a rede pública nos 2.20m² e que a rede privada então pudesse, já que além de ter a dupla interpretação, nós não poderíamos estar deliberando sobre metragem, Então o que nós trouxemos hoje para vocês é para fazer o reexame, trazer a votação novamente com o parecer favorável às unidades privadas do Secretário Aldrian, e mantendo os 2.20m² para a nossa rede pública de ensino, nós estamos trazendo esse parecer para reexame, caso seja aprovado, nós fizemos isso ontem, nós tivemos uma reunião da Câmara da educação infantil foi feita essa colocação também, todos os membros presentes foram favoráveis ao parecer do secretário, liberando para a rede particular e mantendo os 2.20m² e também foi feita uma colocação de

que ficasse para 2024 e nós colocamos que não podemos deixar para 2024 porque nós vamos precisar anular o parecer nº 01/2023, porque ele está colocando que é contrário, então a gente não pode ter um parecer sobre o mesmo tema, um favorável e o outro o contrário, então caso acontecer de ser favorável como foi na Câmara, então, seria anulado o parecer nº01/2023 , por isso a gente está trazendo hoje para essa votação. Acho que era isso que nós falamos na Câmara, não sei se eu deixei algo, ah! coloquei também em caso de que as escolas privadas fizessem a manifestação.” A conselheira Marilza entra na reunião. A Presidente Ana Lucia diz: “eu estou fazendo só a colocação da nossa reunião de Câmara, colocando como nós fizemos a votação que todos favorável foram favoráveis, Falamos que, caso seja aprovada pelo conselho, a gente revoga parecer 01/2023 e que, se alguma unidade privada quiser já colocar para 1.50m² ainda esse ano, ela pode, mas terá que comunicar a Divisão de Estrutura para que ela faça todo o encaminhamento necessário de ir lá, fazer a fiscalização, medir, mas que nós recomendaríamos através do Parecer que fosse a partir de 2024, ok?” Algo que eu não tenha falado? Os membros da Câmara da educação infantil? O Conselheiro Luiz responde: “Perfeito, é tudo isso mesmo?” A Presidente Ana Lucia diz: “OK, então podemos passar para a votação, Luís, o secretário vai estar controlando, Luís Como que nós podemos proceder, alguma sugestão?” O Conselheiro Luiz diz que: “eu coloquei aqui no chat, favorável a liberação para a rede particular do infantil III para 1,50m², pode ser por ali? A Presidente Ana Lucia coloca: “Favorável ou não favorável? Pode ser assim?” O Conselheiro Luiz corrige a escrita para: Favorável ou não favorável à liberação para a rede particular para o infantil III, para 1.50m². O Conselheiro Rodrigo pede a fala e diz: “Só queria lembrar novamente a todos os conselheiros a mesma fala que eu fiz naquela reunião pessoal, nós estamos falando agora do Parecer favorável do secretário, da Secretaria, enfim. É que desde o início isso foi tratado para o infantil III e somente para a rede particular, então, que a gente pense, cada Conselheiro que vai votar e pense certinho para que a gente não venha aqui futuramente refazer isso novamente ou que seja por órgãos maiores, eu acho que ficou bem explicado aí pelo que a Ana falou, através também do que a Marilza colocou ontem na reunião de Câmara para nós, eu acho que ficou bem claro e bem objetivo que acompanha-se o Parecer favorável do secretário.” A Conselheira Natália pergunta sobre a abstenção, “tem só favorável e não favorável, não tem que constar isso?” A Presidente Ana Lucia responde: “mas daí você coloca abstenção, você mesmo escreve, OK?” A Conselheira Natália coloca: “Sim, só como opção, né? Quando o Luiz falou, ele não deu essa opção.” O Conselheiro Luiz faz a reescrita acrescentando a opção abstenção. A Conselheira Leila pede para justificar o porquê foi encaminhado novamente esse documento. “A orientação dos advogados da ASSEPART é para que fosse encaminhado diretamente ao Ministério público e não passar novamente pelo conselho, então a gente teve uma conversa entre os diretores da escola e a gente decidiu em unanimidade que voltasse aqui novamente para o conselho porque a gente sabe que o Ministério público não vai dar essa opção de liberar para o particular e não liberar para o público, resolvemos trazer novamente aqui porque eu tenho participado e vivenciado em algumas escolas, nos CMEIs, conheço algumas realidades já fiz algumas visitas e até mesmo os próprios relatos, entendemos que a gente não pode querer que tenha a mesma disposição de atendimento, a gente percebe as diferenças, a gente vê as realidades, a gente conhece a falta de educadores, a falta de professores, a gente sabe que tem muitos afastados por questões de saúde, questões de aposentadorias, foi só por isso que a gente resolveu trazer novamente, mas pelos nossos advogados, a gente não traria novamente para cá e sim direto

ao Ministério público.” A Presidente Ana Lucia coloca: “OK, Leila muito obrigada, foi boa essa complementação que você fez porque nós acertamos isso na primeira votação que teria esse risco indo para o Ministério público por ser uma resolução da SESA, que seria a competência dela, indo para a SESA, o Ministério público iria deliberar todas, público e privada, deveria seguir, então o 1.50m², essa era a nossa preocupação quando nós trouxemos para o conselho, mas de qualquer forma, foi votado o contrário, então hoje a gente está trazendo isso novamente, a Leila trouxe, ela conversou comigo e falou de que a orientação deles era para ir para o Ministério Público e a preocupação que ela tinha, nós conversamos e trouxemos novamente, solicitando ao Secretário, também teve essa conversa com o secretário, que então fosse trazido para reexame do Conselho municipal de educação. Lembrando que para a votação, somente os titulares votam e na ausência do titular, o suplente, eu só vou citar porque tem o pessoal novo que foram os nomeados agora, a Natália, o Rodrigo Cardoso, o Rodrigo Cristiano, o Adriano Xavier, a Juliana e a Camila, que fizeram alteração lá do CMDCA, a Maristela passou para titular, a Marilza passou para titular, a Natália é suplente do Luís, quem vota é: Ana Lúcia, o Luiz Carlos, Clície, Rosiani, Angela porque a Izala não está presente, eu já olhei, ela não compareceu e também não justificou, a Madalena que está presente, Anderson, Juliana, Fátima Cardoso, Marilza, Maristela, Stella que está presente, a Juliana Canassa vota porque a Camila não está presente, a Leila vota que é suplente, mas o Fábio não está, justificou a sua ausência, o Rodrigo Cardoso, o Rodrigo Cristiano, a Carmen e a Aldren, esses são os conselheiros que irão votar, Podemos iniciar Luiz? O Conselheiro Luiz responde: “Sim, já está lá no chat, favorável, não favorável ou abstenção à Deliberação para a Rede Particular do infantil III para 1.50m². A Presidente Ana Lucia coloca que: “estamos com 18 representações. Os Conselheiros votam através do chat, na conferência do votos ficaram 17 (dezesete) votos favoráveis e 1 (um) não favorável. A Presidente Ana Lucia Pergunta para a Conselheira Marilza se a mesma gostaria de fazer alguma manifestação. A Presidente Marilza diz: “bom dia, acho que é isso mesmo, trouxemos de novo para a Câmara ontem na reunião extraordinária, considerando todas as situações, mas já tinha sido passado no pleno e a partir do Parecer do Secretário, como a Leila colocou, a gente estava colocando em risco a questão dos nossas crianças do público, para fazer esse 1.50m², então quando a gente decide isso, a gente decide sem precisar do Ministério público, porque as alterações nas metragens estão vindo de todas as cidades em relação à Educação Infantil e por enquanto a gente consegue segurar fazendo isso via Conselho Municipal de Educação, é isso Ana.” A Presidente Ana Lucia pergunta: “mais alguém querendo fazer manifestação? Leila, Stela da rede privada? A Conselheira Stela coloca que: “Eu acho que não há necessidade de mais, a gente já discutiu ou rediscutiu, fazer apontamentos, a Leila foi bem assertiva ali e esse assunto já vem de um tempo sendo amplamente discutido, hoje entendo que seja essa a decisão mais favorável, como diz o cara lá do Procon, para ambas as partes, acho que é o mais favorável para a rede. Privada e também o mais favorável para a rede pública, lembrando que a gente entende assim que é uma questão de tempo para a rede pública também, quem sabe isso daqui um pouco mais repercute ou atinja também na a rede pública, mas enfim, diante de algumas outras questões que envolve ali os CMEIs, que inviabilizam essa redução da metragem eu acho que é a medida mais adequada agora, mais favorável.” A Conselheira Marilza concorda com a fala da Conselheira Stela e diz: “exatamente a gente ganhou um tempo para as adequações na rede pública.” A Presidente Ana Lucia complementa dizendo: “É realmente Stela, Marilza e Leila, que se colocou a nossa rede pública, não tem condições para 1.50m² ainda nesse momento, o

que nós pudermos enquanto conselho segurar essa questão dos 2,20m², nós vamos fazer isso porque nós entendemos e pela pesquisa que fizemos lá no início do ano, nós vemos realmente que até os 2.20m² está complicado, porque temos muito problemas ainda que precisam ser sanados, principalmente a questão dos professores e a situação em que se encontra as educadoras, vamos esperar para ver se a questão dos professores agora resolve com o concurso, isso já é um alento aí, pensando no que isso pode já começar a melhorar para os nossos CMEIs, então fica aqui, nós vamos fazer o Parecer e colocar que é de acordo com o que nós conversamos aqui na Câmara é de Educação Infantil.” Seguindo para a próxima pauta a Presidente Ana Lucia informa que o sindicato fez o encaminhamento da representante, que é Lorena Catarina Jacomasso, para ser suplente da Maristela, foi feita a votação. “Nós temos também que precisa ser passado por hoje a questão dos contratos, a renovação de contratos para o ano letivo de 2024, do programa de aquisição de vagas para todas as unidades da rede privada que fazem parte do programa, tem as considerações aqui, encaminhamento do secretário, encaminhamos para análise o parecer do Douto conselho referente a renovação dos contratos abaixo descritos, contratados para prestação de serviços educacionais ao programa de aquisição de vagas para educação infantil ao período de 12 meses, considerando que a sua execução será de fevereiro a dezembro do ano letivo de 2024: Sociedade educacional Arce, Colégio Exemplar, Pequeno Exemplar, Castelo Colorido, Escola Educando para o Futuro, Betel Centro de Educação, Franciele dos Santos Pacheco Centro de Educação Infantil, Centro de Educação Infantil Carvalho, Sociedade Educacional Arce, Sociedade Educacional SSJ limitada, Fundação Educacional Itaqui, Angelina Hermínia da Silva Santos, centro de educação infantil Pátio Educar, centro de educação infantil Cantinho Mágico limitada, Mundo Criativo Educação infantil, instituição Mundo de letrinhas coloridas, Centro de Educação Infantil Riquezas da Vida, Educandário Coliseu, Escola de Educação Infantil Brincantes, Desirée Michela Savio Hudson Limitada, Escola de Educação Infantil Brincantes limitada. Luiz, você quer fazer alguma colocação? Anderson, que são do Programa, alguma manifestação?” O Conselheiro Luiz responde: “Não, só para termos gerais essa documentação já sai toda em consonância com o que tem que ser, com o edital, seguindo a legislação, segue todas as liberações tanto da Secretaria, através da Estrutura, através da as comissões técnicas que estão dentro do programa, isso é para fazer a renovação de contratos já existentes para atender as crianças no ano letivo de 2024.” A Presidente Ana Lucia então coloca para votação através do chat. Todos os conselheiros se colocaram favoráveis a renovação dos contratos em questão. A Presidente Ana Lucia coloca que: “foi nomeada na portaria 3019/2023 a comissão do processo de remoção dos profissionais do quadro de magistério e que a Madalena está fazendo parte como representante do conselho municipal de educação, nós teremos também a Rosiani, ela está representando o ensino fundamental e saiu o processo de escolha de turmas e de turmas remanescentes nas unidades educacionais de ensino, então em cada um dos seus é departamentos, lembrando que a nossa reunião estava prevista para o dia 9 (nove) de novembro, ela será no dia 16 (dezesesseis) de novembro, porque teremos 7 conselheiros participando na próxima semana do 32º encontro dos Conselhos Municipais de Educação, Encontro Nacional que se vai ser em Nova Petrópolis no Rio Grande do Sul, e a última situação para colocar é que nós teremos a Conferência Regional, Área metropolitana sul, ela vai se realizar nos dias 13 e 14, dia 13, à noite, com uma palestra da professora Andreia Gouveia da Universidade Federal do Paraná, vai ser online e no dia 14 vai ser presencial para discutir os 7 eixos, enviado pelo Fórum Nacional de Educação, nós abrimos para 400 vagas, vai se realizar

no bola de neve que fica ali próximo aonde se realizou o encontro da UNCME no início do ano, em abril, o bola de neve fica ali BR, quase em frente do hotel Slavieiro, só que do outro lado, estou convidando o conselho, vou colocar o link, não é obrigatório, quem puder participar, nós teremos então na terça-feira, dia 14, o evento de abertura com a Prefeita, com o Secretário, porque é aqui no nosso município, porque a sede é São José dos Pinhais, da Área Metropolitana Sul, a chefe de Núcleo que irá participar e outras autoridades que provavelmente estejam presentes, nós vamos colocar aqui o link, mas é para os conselheiros, ainda não está aberto para os demais, hoje abre para os conselheiros, amanhã para os membros do fórum, e aí nós logo divulgaremos para os departamentos, temos cuidado como o estado está tendo de não tirar ou ter o cuidado de não tirar tantos professores de sala de aula para esse evento, por isso que nós estamos colocando aqui para ver quais são e depois poder fazer o levantamento na questão da liberação desses profissionais, repito, não é obrigatório, quem quiser participar, vai ser no bola de neve o dia todo, com a participação tendo o conselho, o fórum municipal e outros profissionais que trabalham na educação, entrando professores, os demais trabalhadores, todos que estão envolvidos com a educação, era isso. Alguém tem algo para apontar?" O Conselheiro Luiz pergunta se a reunião do dia 16 é para tarde. A Presidente Ana Lucia coloca que sim, no período da tarde, normalmente porque nós temos presencial no plenarinho, preferencialmente, depois a Aldren só confirma para nós se existe essa possibilidade lá no plenarinho, OK? muito obrigada!" Eu quero desejar um bom feriado e para quem faz parte da Câmara do Ensino Fundamental e Especial, amanhã nós teremos reunião 8h30, e aos demais, bom feriado, bom Descanso e obrigado por estarem aqui conosco hoje, então damos por encerrada a reunião."

Eu Valdinéia Santos de Lima, encerro esta ata que foi digitada por mim, e será assinada pelo Secretário Geral, Luiz Carlos Costa da Silva e pela Presidente Ana Lucia Rodrigues.

